



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

TERRITORIALIDADES NEGRAS NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR: A MEMÓRIA DO PASSADO E O FUTURO DA MEMÓRIA

ATAILON DA SILVA MATOS SILVA¹

Resumo: Este artigo parte da construção de uma aproximação com as práticas de produção do espaço pelo povo negro na cidade de Salvador, em especial o Subúrbio Ferroviário, e seus conflitos com o modelo de urbanização hegemônico, pautado em uma idealização, que evidenciam uma contínua lógica racializada de produção da cidade assim como de violência, criminalização e apagamento de territórios e práticas do povo negro. Se concentrando nos projetos de Governo do Estado da Bahia e da Prefeitura Municipal de Salvador no território e no desdobramento das suas narrativas, interferindo não só na sua materialidade, mas também na sua imaterialidade, continuidade histórica, experiência urbana, ação social e memória.

Palavras-chave: Territorialidades, memória, Subúrbio Ferroviário.

INTRODUÇÃO

Ao longo da ocupação do território nacional populações negras desenvolveram estratégias de ocupação do espaço, muitas vezes conflitantes com as distintas racionalidades hegemônicas de usos do território, que surgem como sinônimos de modernização.

O fruto do progresso técnico e do avanço de ações hegemônicas do capital atuam transformando a territorialidade local alterando o acesso e o uso dos recursos utilizados pelas comunidades do lugar. Se antes a técnica era submetida, hoje é ela quem submete, escravizando os homens em uma ordem cuja as ações dominadoras têm objetivo, mas não sentido, sendo a moralidade dissociada das ações (SANTOS, 2008, p.23).

A territorialidade, por sua vez, pode ser explicada como o conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e a permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os

¹ Graduando em Decoração pela Universidade Federal da Bahia.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

diferentes grupos sociais e as empresas” (Corrêa, 1996, p.251-252). Segundo Raffestin (1993), os atores sociais territorializam o espaço a partir de uma apropriação coletiva concreta e/ou abstrata, sendo que, no segundo caso esta pode se dar através de uma representação. Dessa forma, a territorialidade evidencia e caracteriza a maneira como grupos criam e recriam o território, a partir de concepções e racionalidades próprias que muitas vezes se colocam em oposição às concepções de outros grupos sociais.

À margem da sociedade, diversos grupos negros criaram estratégias próprias de organização e de reprodução social com base na solidariedade intra-grupal, que serve como contraponto à sociedade e cria uma identidade territorial com fronteiras que definem o 'eu', grupo negro e o 'outro', sociedade branca (BOSSÉ, 2004). Nas comunidades negras, foram desenvolvidas relações solidárias em territórios construídos coletivamente, através de linguagens e conhecimentos compartilhados.

Trazendo para um recorte local, atualmente a Prefeitura Municipal de Salvador e o Governo do Estado da Bahia têm agenciado, em colaboração com grandes capitais privados, transformações de diversas escalas no território da capital baiana, muitas vezes produzindo conflitos em territórios populares, formados pela população negra, e suas formas de fazer cidade tidas como informais ou ilegais, mas que abrigam narrativas, memórias, trajetórias, práticas e culturas próprias.

A partir deste contexto, se insere a pesquisa que deu origem a este artigo, que por conseguinte está inserido em uma pesquisa coletiva² mais ampla, que se propõe a investigar os processos de produção de urbanidades nas margens da cidade, em articulação com atuações no campo do urbanismo, do planejamento e das políticas urbanas que sobre elas incidem. Parte-se do pressuposto da construção de uma *episteme dialógica* que implica no diálogo com outras formas de fazer cidade, da pluralidade de concepções do campo e que fomentam intensas discussões, debruçando-se também sobre a memória e a narrativa da trajetória de vida de seus agentes para

² Esta pesquisa se insere no contexto do coletivo de pesquisa Urbanidades Liminares, coordenado pela prof^a Thaís Rosa e composta por estudantes de graduação, mestrado e doutorado, no âmbito da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

apreender a versão e visão que emana da experiência dos atores sociais (THOMPSON, 2002).

BENEDICT (1983) apresenta a correlação entre discursos e intervenções urbanas, sendo possível concluir que as narrativas não são meras percepções imaginárias, porque elas também “fazem a cidade”, sendo inseparáveis de processos políticos. As narrativas integram a constituição histórica das cidades, sinalizando momentos ou conjunturas, são verdadeiros arquivos urbanos (CERTEAU, 2003). Explicitam as situações permeadas por conflitos (disputas pelo uso e definição do espaço), momentos de redefinição de políticas de habitação (requalificação e defesa do patrimônio) ou cenários de campanha eleitoral (promessas de uma cidade melhor), que incidem sobre a construção de uma comunidade.

A pesquisa se apropria de uma aproximação denominada “olhar de perto e de dentro” proposta por Magnani (2002), a qual presume um investimento analítico tanto da paisagem urbana quanto dos atores sociais e suas práticas e que possibilita apreender as dinâmicas urbanas que passam despercebidas nas análises distanciadas (Ibidem). A observação participante tem sido uma das estratégias adotadas para as incursões em campo, visando estabelecer interlocuções com os habitantes que agenciam os territórios estudados. Segundo Rosa (2014) em diálogo com Certeau (2003) a produção de saber e de troca com os interlocutores da pesquisa, é além disso, a feitura de um espaço, já que não se trata de um olhar externo à fala, mas sim “do estabelecimento de uma interlocução etnográfica, da produção de um saber mútuo” (ROSA, 2018, p. 192).

A MEMÓRIA DO PASSADO

Por mais que um sistema social exercesse o domínio no século XIX, pôde-se criar uma alternativa diferente em relação a dele, ao qual o povo negro refugiado construía suas próprias espacialidades, sociedades de resistência, lugar de descanso, repouso, renovação espiritual, prática religiosa e cultural. Cortiços, porões, quilombos, terreiros e barracos foram construídos na periferia da cidade passando a ser alternativas encontradas pelo povo negro como forma de resistência e como oportunidade de um



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

espaço de vida para si (DOS SANTOS, 2006). O resgate da sua humanidade perpassou pela reconstrução e inscrição de narrativas legitimadoras no novo território.

Olhar para a periferia de Salvador no século XIX, é sobretudo, se deparar com a existência destes territórios negros: quilombos, roças e candomblés.

As colinas; matas, lagoas rios ali localizados serviam de suporte ecológico desenvolvimento de uma coletividade africana e independente, quase clandestina. A cidade estava cercada de quilombos e terreiros religiosos. Eram comunidades móveis, destruídas aqui para reaparecerem adiante, alimentadas pelo fluxo ininterrupto de escravos que sabiam tirar proveito da relativa autonomia proporcionada pelo escravismo urbano (REIS, 1986, p.65).

Beatriz Nascimento (1982) teceu importantes interpretações ao conceitualizar o quilombo, que para além de comunidades remanescentes, são territórios negros que representam coletividades políticas, sociais, culturais e ancestrais. Para ela, os quilombos são espaços negros autônomos de libertação definidos por sua continuidade histórica.

Continuidade histórica é um termo ainda mais abstrato do que “Sobrevivência” ou “resistência cultural” dos antropólogos”. A continuidade seria a vida do Homem – e dos homens- continuando aparentemente sem clivagens, embora achatada pelos vários processos e formas de cominação, subordinação, dominância e subserviência (NASCIMENTO, 1982, p.110).

A autora estabelece uma articulação de conexão territorial entre Brasil e África, entre a população negra no Brasil e a população negra em África, na tentativa de retorno à *prática da vida africana* entendendo o território para além de um espaço físico, mas como “objeto de superposições contínuas ou descontínuas, abrangentes ou localizadas, representativas de épocas, cujos traços tanto podem mostrar-se na atualidade como haver sido já substituídos por novas adições” (SANTOS, 2005, p. 260).



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Nesses territórios a memória e a história oral não eram apenas uma ferramenta metodológica para leitura do passado, mas também uma ferramenta política para unificar o povo negro. Envolto em memória, realidade e esperança quilombos são mais do que uma mera base material para reivindicação da terra; são também espaços de memória cultural que manifestam uma busca espiritual para a humanidade, a agência e a libertação negra (NASCIMENTO, 1982).

Entretanto as territorialidades negras eram alvos constantes de violências físicas e simbólicas que visavam o rompimento da sua *continuidade histórica*; fosse pelo propósito da sua extinção, já que devido ao seu potencial organizativo os quilombos passaram a representar, para os grupos dominantes, uma ameaça à ordem estabelecida, ou fosse através da criminalização das suas manifestações culturais e religiosas e também pela desvalorização e deslegitimação do seu conhecimento através da tendência de privilegiar arquivos escritos em detrimento dos arquivos orais, ocasionando o apagamento da história do povo negro, que se baseava na oralidade e no recurso da memória (CAMPOS, 2005).

Mesmo com o fim da escravidão, os negros não tiveram os direitos mínimos reconhecidos, foram impedidos de exercer funções tipicamente urbanas para se integrarem à sociedade e herdaram os procedimentos de combate aos negros quilombolas do século anterior. Marginalização econômica e social, produção de exclusão ao longo da formação do Estado brasileiro e segregação espacial foram promovidas em uma tentativa de sonhar com uma nação homogênea com pressupostos em padrões da cultura europeia.

A população negra, e conseqüentemente mais pobre, desenvolveu assim estratégias que não se resumem apenas a sobrevivência, mas uma forma de vida e organização própria, perpassando por uma rede de solidariedade, comunidade e estratégia que deu o tom político às práticas socioespaciais. Participaram assim do processo de expansão da cidade ocupando espaços menos valorizados constituindo as favelas e as periferias. “A nação não se fez homogênea, mas “o ‘outro’, não de forma clara, continuou muito



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

diferente, não somente na cor, mas em todas as atividades, consideradas, quase sempre, como inferiores” (CAMPOS, 2005, p. 50).

Assim como apresenta Campos (2005) e Nascimento (1982) o quilombo se transmutou na favela, a favela passou a representar o diferente, o outro, no que se refere à ocupação do espaço urbano, associada a formação de “classes perigosas”, o controle exercido pelos grupos dominantes se refletiu no cotidiano daqueles considerados subalternos na sociedade.

Assim, considerar o quilombo (espaço transmutado), o cortiço e a favela como formas espaciais de resistência ao poder constituído é restabelecer a lógica das classes populares, tronando os ocupantes desses espaços como sujeitos responsáveis pela história sócio-espacial das cidades. Para contraporem tal situação, as classes dominantes percebem os grupos pobres com indivíduos que vivem no limite da marginalidade, possíveis de serem tratados como uma questão de polícia e nunca como uma questão social (CAMPOS, 2005, p. 66)

A favela e os bairros periféricos continuam ligados à questão do “risco”, e as classes dominantes criam em cada momento um discurso de intervenção nas territorialidades do povo negro sob a justificativa de instauração de ordem na cidade, com discursos e práticas que se ancoram sobre a patologização e criminalização de povos, práticas e territórios, baseando-se em ideários discriminatórios e segregacionistas.

Intervenções que continuam promovendo um rompimento da *continuidade histórica* de uma população, atingindo de forma fragmentadora a tessitura da experiência urbana, desestabilizando urbanidades, impactando organizações coletivas, incentivando a valorização imobiliária, expulsões diretas e indiretas e “trazendo antes inimagináveis repertórios para os processos de identificação social e novos nexos entre materialidade e subjetividade e, ainda, entre memória e ação social” (RIBEIRO, 2010, p 36).

Sem a participação dos muitos “outros” (Ribeiro, 2010) interrompem sentidos da existência ao manipularem estes espaços, carregados de significados, em busca de uma



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

cidade ideal, através de técnicas baseadas em conceitos higienistas e olhares racistas sobre as múltiplas urbanidades que se desenvolvem no território.

O TERRITÓRIO

Na cidade colonial, as diferenças socioespaciais não se inscreviam de maneira objetiva no espaço ainda que desde os primórdios da colonização já se esboçasse o embrião de uma divisão social do espaço urbano, como nos indica Thales de Azevedo (1955) será apenas ao longo do século XIX que veremos essa divisão ganhar contornos mais nítidos, principalmente no fim do século com a demanda habitacional causada pela libertação dos negros escravizados que não contou com a obrigação de fornecimento de moradia pelos escravocratas, além de terem sido excluídos da prática política e marginalizados economicamente que na base tinham como pano de fundo o preconceito racial, fruto do estigma legado pela Coroa portuguesa.

A partir do século XIX, os ideais da industrialização europeia repercutem em solo nacional e diversas intervenções sob uma ótica “modernizadora” foram implementadas tanto por empresários estrangeiros quanto por empresários nacionais e o Estado (SILVA; FONSECA, 1992). Nesse contexto são instaladas as primeiras indústrias baianas e, em 1860, a Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco. A linha férrea trouxe um maior impulso industrial para todo estado, além da construção de suas estações e oficinas de manutenção de trem e a conseqüente urbanização da porção ocidental da cidade banhada pela baía, que passou a ser chamada de Subúrbio Ferroviário de Salvador a partir de sua instalação.

O século XX foi marcado pelo adensamento populacional de toda a cidade devido à sua atração de força de trabalho no contexto das crises agrícolas. Segundo Mattedi (1979), é na primeira metade século XX que as primeiras “invasões” ou loteamentos clandestinos passam a ocorrer na cidade. Assim, os bairros do Subúrbio Ferroviário passaram a ser ocupados por ferroviários, trabalhadores das fábricas, funcionários de alto escalão, consolidando, inicialmente, os bairros de Plataforma, Periperi e Paripe. Como estes



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

primeiros núcleos residências eram fazendas de engenho, tornaram-se grandes latifúndios urbanos cujos donos arrendavam suas terras para os operários.

No Subúrbio Ferroviário, o adensamento exponencial se deu a partir da descoberta do petróleo em 1939, em Lobato. Além disso, as tentativas de modernização da cidade ao longo de todo o século XX baseadas em idealizações urbanas que reforçaram, novamente, ideias de que certas áreas e práticas do povo negro e mais pobre deveriam ser eliminadas, resultando em intervenções violentas com deslocamentos forçados para o Subúrbio através das expulsões de expressivos grupos das áreas de interesse do grande capital em colaboração com o Estado, como por exemplo a implementação das Avenidas de Vale.

A partir da segunda metade do século XX, a industrialização se expande para a região metropolitana, com a fundação do Complexo Industrial de Aratu e, posteriormente, do Complexo Petroquímico de Camaçari, provocando a transferência e fechamento das indústrias localizadas no Subúrbio, aumentando o índice de desemprego na região. A construção da Avenida Afrânio Peixoto, mais conhecida como Suburbana, na década de 1970 empregou moradores da região mas não deu conta da população proveniente de toda Bahia, atraída pela promessa de trabalho na capital.

O subúrbio foi ocupado originalmente por aldeamentos indígenas da tribo tupinambá. Antes da fixação de aldeamentos indígenas, o potencial das riquezas naturais para as condições necessárias de sobrevivência atraía povos nômades: “toda uma geografia aberta para o infinito campo de possibilidade de existência” (SANTOS, 2014, p.18). Os povos originários foram assassinados, expulsos e escravizados e então o território passou a ser colonizado em função de engenhos de açúcar devido sua localização favorecida pela comunicação entre a capital e o Recôncavo via mar da baía (SANTOS, 2014). Grandes fazendas, engenhos, senzalas, casas de veraneio e quilombos surgiam na diversidade das belezas naturais ali existentes.

Dentre estes, pode-se destacar o grande Quilombo do Urubu , fundado e liderado pela escravizada Zeferina, uma guerreira na luta contra o sistema escravista em defesa do



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

povo negro da submissão e opressão, organizou escravos fugitivos e índios, sendo uma grande liderança e recebendo títulos de rainha, chefe e guerreira quilombola, era ligada a uma casa de Candomblé localizada no centro desse quilombo. Zeferina lutou bravamente com as tropas policiais, mas foi levada presa e morreu na prisão. O Quilombo se localizava em uma região de difícil acesso, atualmente compreendendo a região do Parque de São Bartolomeu, entretanto cheia de mananciais e rios, onde as pessoas viviam da agricultura, pesca e dos frutos abundantes da região, a cidade ficava bem distante, ocupando a faixa litorânea. O poder de Zeferina se mantém na história de resistência da comunidade suburbana e nas “transgressões” narradas pelos escritores escravistas coloniais, as quais diziam que os quilombolas “premeditavam executar uma revolução na cidade”, entretanto do Quilombo nada restou, já que o objetivo era o seu extermínio (BARBOSA, 2005).

Em documento dirigido ao Chefe da Polícia, um dos comandantes das tropas encarregadas da destruição do Quilombo do URUBU, José Balthazar da Silveira, relata: "prendi a negra Zeferina, a qual se achava com arco e flecha na mão, e achei três negros mortos e uma negra, e alguns sacos de farinha e bolacha, e como já fosse noite (...) deixei perto do lugar o Sgto. e soldados de Pirajá, para observar qualquer movimento que houvesse". Este documento é datado de 17 de dezembro de 1826.

O PRESENTE

O Subúrbio Ferroviário se constituiu historicamente enquanto um território majoritariamente construído e constituído pela população negra. Atualmente, esta mesma região tem sido um palco de uma disputa pela apropriação e produção do espaço pela população local, movimentos sociais e as intervenções mais institucionalizadas, seja do Estado ou do mercado. Intervenções que são divulgadas e promovidas como modelos de se interferir nesses territórios negros historicamente constituídos sob políticas de urbanização excludentes, mas que mesmo assim, produzem e reproduzem a cidade, constroem identidades, memórias e suas próprias narrativas que vão muito além daquelas que culminam suas configurações urbanas enquanto “ilegais” ou “informais”.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Tais memórias são materializadas no espaço-tempo e constituem urbanidades outras que dão seguimento a *continuidade histórica* de um povo que teve parte da sua trajetória apagada e dizimada durante o período colonial. O conceito de urbanidade trabalhado na presente pesquisa pode ser traduzido (RHEINGANTZ, 2011) como as relações entre os sujeitos que contribuem para a construção da cidade (tanto sua materialidade e imaterialidade), entre estes e a própria cidade, não cabendo definir parâmetros de urbanidade boa ou ruim.

Dentre um dos palcos dessa disputa se encontra o bairro de Periperi, mais especificamente a sua orla. Esta área é materializada por estratégias, tidas na chave da informalidade, mas que são a garantia, ainda que minimamente ao direito à moradia, de consolidação no território do Subúrbio Ferroviário. Casas autoconstruídas e consolidadas no muro da linha férrea, conjuntos de bares também autoconstruídos, campo de futebol, uma academia improvisada pelos moradores com ferros oriundos da antiga oficina da rede ferroviária, popularmente chamada de Leste, o instituto Araketo e demais moradias.

Nesta mesma região, em um terreno onde antigamente se localizava a oficina da rede ferroviária, se estabeleceu em 2006 uma ocupação do MSTB³, comumente chamada de Cidade de Plástico, em referência ao material de lona utilizado na construção das habitações, hoje chamada de Comunidade Guerreira Zeferina, passou recentemente por um grande processo de urbanização por parte da Prefeitura Municipal, a qual construiu uma grande vitrine da sua intervenção como uma enorme ação social e um modelo de interferir nesses territórios. Uma ampla ação publicitária foi montada através de outdoors espalhados pela cidade e propagandas televisivas evidenciando o processo de transformação da Comunidade Guerreira Zeferina, além da execução de um documentário com moradoras da comunidade.

³ O Movimento Sem Teto da Bahia, fundado em 2003, é um movimento social ligado principalmente à luta pela moradia e democratização da cidade, possui diversas ocupações na cidade sobretudo nas áreas onde se concentram parcelas da população com menor renda, a exemplo a região do Subúrbio Ferroviário onde as demandas por moradia se fazem mais presente.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

A prefeitura Municipal tem agenciado outras intervenções no Subúrbio, como as requalificações das orlas de Tubarão, de Plataforma e Itacaranha. Além disso, toda região do Subúrbio Ferroviário está prestes a ser atravessada por um projeto do Governo do Estado da Bahia que visa a construção de um sistema público de transporte da modalidade monotrilho, o qual irá substituir o atual sistema ferroviário em operação e afetará toda sua orla. É importante frisar também que o capital imobiliário tem investido nos últimos anos em alguns bairros da região, construindo conjuntos habitacionais que contribuem para a segregação espacial.

Com base no contexto dessas intervenções urbanas se buscou uma aproximação às narrativas e trajetórias dos moradores de Periperi em contraposição aos procedimentos e as narrativas publicitadas tanto pela Prefeitura Municipal, quanto pelo Governo do Estado. Além da disputa por moradia e pelo direito à cidade, a disputa por memória, e por legitimidade dos modos de vida e das práticas cotidianas, têm se mostrado presente no território investigado. A partir das materialidades narradas, interlocuções e experiências das relações com os moradores se notou como nestes territórios a relação comunitária e solidária permanece tecendo o tom sociopolítico do espaço assim como a relação entre materialidade e imaterialidade se torna muito mais complexa.

De acordo com Nilson, morador de uma das casas nos muros da Rede Ferroviária, sua família foi a primeira a ocupar o local a convite do presidente da Leste, o qual morava também em Periperi e era muito próximo do seu pai que era maquinista na rede. O pai de Nilson recebeu o terreno da união e, por conseguinte, convidou os filhos e demais amigos a ocupar a área também. A praia foi ficando mais movimentada, porém ainda não existiam as barracas e bares, Nilson relata que sua casa se tornava um almoxarifado dos banhistas e trabalhadores ambulantes.

A própria casa do presidente da Leste, que foi abandonada posteriormente, tem sido ocupada há cerca de 17 anos por pescadores locais, que por conta da sua localização, utilizam o imóvel para guardar os equipamentos da pesca, os barcos, para tecer e dar manutenção às redes de pesca, entre outras atividades. De maneira *informal*, sobe certos olhares, constituem ali de forma própria, uma associação de pescadores. Assim



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

como as marisqueiras, os pescadores, utilizam o trem como transporte para a locomoção das suas mercadorias até ao centro da cidade, principalmente devido ao seu baixo custo. Outra alternativa de venda dos pescados, são os dias de futebol que são organizados pela própria comunidade em torneios patrocinados por lojas locais que se tornam um dos principais instrumentos de lazer, formando elos de permanência e resistência cultural frente à exclusão e discriminação sofridas. Em articulação com a prefeitura por meio de vereadores locais garantem banheiros químicos, a pintura do muro para fazer homenagens e a reforma dos bares.

A conquista dos primeiros equipamentos de infraestrutura para o local se deu a partir da troca de favores em articulações com vereadores que visitavam a comunidade na busca de votos em épocas de eleição. Evidenciando como os recursos públicos historicamente não são destinados a esta região e os moradores se organizam para garantir seus direitos.

A organização coletiva pela busca por direitos se deu também na Comunidade Guerreira Zeferina. A ocupação se iniciou com o MSTB e foi agregando diversas pessoas que tinham a necessidade de um terreno. Neste período o MSTB ajudou na consolidação da ocupação, na organização, no auxílio a famílias em extrema condição de pobreza, na formação política e em diversas ações como a construção de uma cozinha comunitária chamada Cozinha Sem Fronteiras, na qual era servido almoço aos trabalhadores locais a preços populares, como conta Mirian, moradora da comunidade que participou da ocupação.

Ao conversarmos hoje com moradores mais antigos, que participaram ativamente ou não desses processos, encontraremos com frequência referências a uma cultura de solidariedade, autonomia, luta, com centralidade o papel do povo negro e das mulheres. Mirian, mora com seus dois filhos, e mesmo sendo posteriormente contemplada com um apartamento em um conjunto habitacional Minha Casa, Minha vida, preferiu permanecer na ocupação e narra que Periperi é o centro do subúrbio, a localização era estratégica devido à proximidade da linha férrea, comércio, ponto de ônibus e a praia. Entretanto, permanecia em estado de alerta pela vida dos filhos devido as ações truculentas da



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

polícia que “entrava atirando em tudo, desrespeitando todo mundo” em conflitos com o tráfico de drogas na localidade. Mirian se sentia obrigada a mentir seu endereço em ambientes profissionais para ser contratada. Assim como Mirian, diversos moradores aproveitam os seus apartamentos no térreo para comercializarem mercadorias diversas, enquanto os quiosques construídos pela Prefeitura no local seguem fechados, devido a cobrança de uma taxa para sua utilização.

Em todo o Subúrbio, assim como em Periperi, se nota uma íntima ligação dos moradores ao trem, ao qual lhes confere a identidade do território como Subúrbio Ferroviário. Hoje o trem segue debilitado devido à falta de investimentos na linha ferroviária. Entretanto, as antigas ferragens utilizadas na oficina da rede ferroviária são incorporadas criativamente pelos próprios moradores ao longo de todo território, em calçadas, cercas, e até mesmo, na já mencionada, construção de uma academia ao ar livre na praia. Há um vínculo de enraizamento com o território, que atravessa o campo material e imaterial, constituindo territorialidades e formas próprias de construir o espaço.

O FUTURO DA MEMÓRIA

Não é de hoje que as territorialidades construídas pelo povo negro ao longo dos anos são ameaçadas, mas atualmente devido aos processos de adensamento da cidade o subúrbio ferroviário tem passado por uma série de transformações e investimentos de infraestrutura que impulsionam um olhar especulativo para seu território e ameaçam a consolidação de uma população e sua memória materializada no espaço urbano.

Entretanto cabe aqui relatar em como a aproximação do Estado, nos últimos anos, através destas intervenções neste território invisibilizado representa para muitos moradores a esperança da visibilidade e da atenção pelo poder público através do direcionamento de investimentos, assim como uma abertura de confiança ao exercício do poder do Estado que sempre lhes foi tão caro e violento, mas nem por isso, este deixa de ser, e os vícios racistas das instituições se perpetuam através de seus procedimentos.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Os moradores relatam o ganho material que a Comunidade Guerreira Zeferina, antiga cidade de plástico, recebeu após a intervenção, representando uma nova perspectiva no que diz respeito a construção de conjuntos habitacionais, com equipamentos urbanos como quadra, praça, creche e deck de acesso à praia. Entretanto, em suas falas carregam também o relato da perda imaterial no território, como a desarticulação do MSTB no território, perda da organização comunitária, o desconhecimento a respeito do nome da Comunidade e a criação de outra narrativa.

A narrativa produzida pela prefeitura através do documentário não cita a construção da cozinha comunitária pelas moradoras, assim como não contextualizada o MSTB e sua importância na consolidação da ocupação, suas lutas por direitos e pela visibilidade das instituições públicas. Apesar de se aproximar do apagamento dos quilombos, o documentário não se propõe a expor historicamente a desigualdade consolidada do acesso à moradia e do direito à cidade de Salvador. O documentário cria uma narrativa na qual passa a definir o território através do antes e depois da sua intervenção, não levando em conta os atores sociais que já construíam o território e são os verdadeiros protagonistas dessa história. Sendo assim, passa a ser mais uma forma de acomodar simbolicamente as formas de habitar e produzir o espaço urbano à um modelo hegemônico. Este documentário segundo os moradores não foi exibido na comunidade, apenas no centro da cidade, evidenciando a estratégia de marketing.

Outras intervenções ameaçam não só a imaterialidade, mas as materialidades construídas ao longo desses anos pela população. O projeto do monotrilha desenvolvido pelo Governo do Estado segue as pressas, atropelando todos os processos democráticos e participativos, violentando os moradores verbalmente e moralmente, quando não fisicamente, já que o aparato policial permanece constante no território negro como instrumento de repressão definindo as hierarquias raciais no espaço urbano.

Moradores, não só de Periperi, mas ao longo de toda orla do Subúrbio Ferroviário tiveram as fachadas de suas casas pichadas indicando que seriam desapropriados. Sem audiências públicas ou espaços de discussão com a comunidade, esta foi a primeira ação do projeto no território. Muitas casas do subúrbio possuem o reboco aparente e ter



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

a casa pintada representa para muitos moradores uma conquista, além de uma organização financeira para tal investimento. Portanto, a pichação indica como a cidade continua sendo produzida de forma racializada, violentando povos, práticas e territórios específicos já que dificilmente esta violência aconteceria em um bairro nobre. Assim como já aconteceu no passado “os negros, por serem negros, tinham menos direitos, inclusive a inviolabilidade do lar” (CAMPOS, 2005, p.43).

Incertezas quanto ao significado da numeração pichada nas fachadas das casas gerou confusão e expectativa pois o direito à informação não lhes foi cedido. Ausência de estudos socioambientais, de impacto de vizinhança e de um plano de reassentamento das famílias eram apenas algumas das falhas e fragilidades deste projeto. Ao todo serão 364 desapropriações diretas, incluindo a residência de Nilton, devido a implantação do monotrilho, enquanto as apropriações indiretas podem apresentar número semelhante ou superior devido ao potencial especulativo que o transporte vem a causar no solo do território, incentivando a mercantilização turística, valorização imobiliária e expulsão da população negra e mais pobre a orla do Subúrbio Ferroviário.

Incertezas atravessam o território, quanto a preservação da sua história, suas ideias, incertezas quanto a remoção, garantia da terra, trabalho e a própria existência. Para onde vai a população que paga atualmente cinquenta centavos pela passagem do trem e que não vai poder pagar o futuro valor de quatro reais para poder se locomover no monotrilho?

Pressionado pelo Ministério público em ações com a Universidade Federal da Bahia, líderes comunitários, associações e alguns setores políticos, o Governo do estado tenta apaziguar as tensões provocadas pelas suas intervenções, mas ao não considerar o dever social da propriedade e o real significado de um processo participativo e democrático, o projeto segue sendo uma violenta imposição no qual há além do desrespeito ao trem, patrimônio histórico, cultural e identitário do território, há o desrespeito a memória e territorialidades de uma população historicamente violentada.

CONCLUSÃO



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Evidenciar tais ações institucionais denota a perpetuação histórica da produção racializada da cidade, incorporando violências às territorialidades da população negra, produzindo o rompimento da *continuidade histórica* e interferindo nos elementos de suporte material da memória de uma população que teve sua história negada e apagada. Não há como haver direito à cidade sem uma participação democrática das múltiplas formas de urbanidade, sem a história e a memória não compuserem a construção deste direito, pois isso configuraria a naturalização do direito à cidade.

Assim, o direito à memória e à história da construção coletiva da própria urbanidade no passado é um instrumento político de referência para que as próximas gerações, beneficiadas pelas conquistas do passado, estejam vigilantes e sigam lutando para que a comunidade possa buscar novas conquistas e manter aquelas já obtidas. O processo de seleção, reavivamento e ressignificação de memórias pode ser entendido em um processo mais amplo de construção de enraizamento e narrativas legitimadoras da comunidade e, portanto, agenciadoras de importantes relações políticas e organizativas.

O subúrbio está passando por um grande processo de transformação, que inclui a mercantilização dos seus espaços de memória coletiva, destruindo alicerces físicos da memória e bloqueando caminhos das lembranças. Ao opacizar os moradores no projeto há o apagamento das suas práticas, dinâmicas, valores históricos e culturais. É preciso compreender a cidade como um processo material e simbólico de espaços e tempos que são continuamente imaginados, narrados, negociados e projetados pelas pessoas que o habita e simultaneamente os constroem. É necessário respeitar este território enquanto patrimônio material e imaterial, como lugar de memória, lugar de futuro. E entender a memória como um aspecto da territorialidade, da relação com o mar, com o campo, com o futebol, com a luta por direitos, por existência e resistência.

Cabe trazer tais territórios e práticas para o centro do debate, não analisá-los em comparação à um ideal mas sim, de maneira multiescalar e relacional com demais agentes visando construir novos imaginários de atuação e articulação. Novas frentes de investigação sobre o campo têm se delineado, assim como estratégias de enfretamento e mobilização com os moradores, levando em consideração as intenções do poder do



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

Estado para com o território do Subúrbio Ferroviário e sua orla, a Baía de Todos os Santos, e sua associação aos investimentos do capital.

BIBLIOGRAFIA

BENEDICT, Anderson. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo**, Lisboa: Edições 70, 1983.

BOSSÉ, Mathias Le. **As questões de identidades em geografia cultural - algumas concepções contemporâneas** em Paisagens, textos e identidade. Orgs. Roberto Lobato Corrêa, Zeny Rosendahl - Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Território e corporação: um exemplo**. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de e SILVEIRA, Maria Laura. (Org). **Território: Globalização e Fragmentação**. 3 ed. São Paulo: Hucitec/ ANPUR, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

ROSA, T. T. **Cidades outras: pobreza, moradia e mediações em trajetórias urbanas liminares**. 2014. 391 f. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, USP, São Carlos, 2014.

ROSA, Thais. Pensar por Margens. In: JAQUES, Paola B.; PEREIRA, Margareth da Silva (org.). **Nebulosas do Pensamento Urbanístico – Tomo 1: Modos de Pensar**. Salvador: EDUFBA, v. 1, p. 176 – 205, 2018.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EdUsp, 2008

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

DOS SANTOS GOMES, Flávio. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX**. Companhia das letras, 2006.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 6, n. 7, p. 259-265, 1982.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 7ª edição. **Rio de Janeiro: Record**, 2005.



SALVADOR E SUAS CORES [2019]
RACISMO, DIÁSPORA E CIDADE EM ÁFRICA E BRASIL

CAMPOS, Andrelino. **Do quilombo à favela: a produção do " espaço criminalizado" no Rio de Janeiro**. Bertrand Brasil, 2005.

RIBEIRO, Ana Clara T. Dança dos sentidos: na busca de alguns gestos. In: BRITTO, F. D.; JACQUES, P. B. **Corpocidade: debates, ações e articulações**. Salvador: EDUFBA, 2010.

DE AZEVEDO, Thales; WAGLEY, Charles. **As elites de cor: um estudo de ascensão social**. Companhia Editora Nacional, 1955.

SILVA, S. C. B. M.; FONSECA, A. A. M. **A produção do subúrbio ferroviário de Salvador: os exemplos de Paripe e Periperi**. Veracidade, Salvador-BA, v. 2, n.4, p. 67-80, 1992.

MATTEDI, Maria Raquel M. **As Invasões em Salvador: Uma Alternativa Habitacional**, Salvador: UFBA, dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, 1979.

SANTOS, José Eduardo F. **Acervo da Laje. Memória estética e artística do Subúrbio Ferroviário de Salvador, Bahia**. São Paulo: Scortecci, 2014.

BARBOSA, Sílvia. O poder de Zeferina no Quilombo do Urubu. **identidade!**, v. 7, n. 7, p. 24-30, 2005.

RHEINGANTZ, Paulo. **O [controverso] significado de urbanidade**. Colóquio de Pesquisa do Proarq. Rio de Janeiro, v.1, 2011.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.